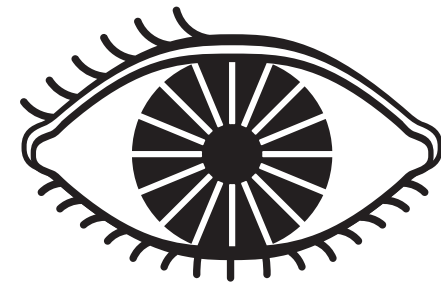




RUI TAVARES

O CENSOR
ILUMINADO



ENSAIO SOBRE O POMBALISMO
E A REVOLUÇÃO CULTURAL DO
SÉCULO XVIII

L I S B O A
TINTA-DA-CHINA
M M X V I I I

ÍNDICE

INTRODUÇÃO: A ÚLTIMA PALAVRA	15
LIVRO PRIMEIRO: AS PALAVRAS DO PODER	
A ESTÁTUA DO REI	39
<i>O ponto de vista do censor</i>	45
<i>A relação das festas</i>	48
<i>Ausências e segredos</i>	64
OS CENSORES NO TEATRO	83
<i>Os censores de Manuel de Figueiredo</i>	88
<i>Inverosimilhança: «Não ha preceito algum da arte que não viole»</i>	95
<i>Um coração tão mau: Atrée et Thyeste, de Crébillon Pai</i>	103
<i>O Tartufo mutante de Lisboa</i>	108
INTÉRPRETES E LEGISLADORES	117
<i>Os textos fundadores</i>	120
<i>Leitor e juiz</i>	121
<i>A forma de proceder</i>	124
<i>A política do segredo</i>	127
<i>Os censores ao trabalho</i>	129
<i>Os dois exames</i>	132
<i>O que mudou</i>	138
<i>O que sabemos: uma visão macro</i>	140
<i>Uma visão micro</i>	143
<i>Conclusões intercalares</i>	152

© 2018, Rui Tavares e Tinta-da-china

Edição: Tinta-da-china
Rua Francisco Ferrer, 6 A
1500-461 Lisboa
Tels.: 217269028/29
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *O Censor Iluminado — Ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII*
Autor: Rui Tavares

Revisão: Inês Hugon (Goodspell)
Composição: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares)

1.ª edição: Junho de 2018
ISBN: 978-989-671-439-0
DEPÓSITO LEGAL: 441426/18

O CENSOR ILUMINADO

<i>Os intelectuais legisladores de Bauman</i>	156	<i>Os dias de Benjamin Franklin</i>	345
<i>Censura defensiva e ofensiva</i>	158	<i>Interessante, interessado, interesseiro</i>	349
<i>Testar as hipóteses</i>	160	<i>Conclusão: as paixões e os interesses</i>	352
LIVRO SEGUNDO: QUEM, COMO, O QUÊ		LUZES, FILOSOFIA E REPÚBLICA LITERÁRIA	355
 		<i>Kant: Was ist aufklärung?</i>	358
PARTE I: QUEM	167	<i>Um tempo, um fenómeno e um espaço</i>	361
 		<i>A república literária</i>	373
MANUEL DO CENÁCULO, O BIBLIÓFILO-CENSOR	179	<i>Os censores, republicanos das letras?</i>	377
 		<i>«O nosso tempo verdadeiramente iluminado»</i>	382
ANTÓNIO PEREIRA DE FIGUEIREDO: O IDEÓLOGO	213	 	
<i>A Tentativa Teológica e o episcopalismo lusitano</i>	223	A OBRA-PRIMA DA CONFUSÃO	385
<i>Na Real Mesa Censória</i>	232	<i>Confusão e autoridade</i>	386
<i>Cientistas, reformas e censores, de Boerhaave a Van Swieten</i>	235	<i>O monstro do fanatismo</i>	393
<i>Mês após mês</i>	239	<i>No reino do útil</i>	397
 		<i>Perder tempo com a princesa de Clèves</i>	398
JANSENISTA ATÉ AOS OSSOS:		<i>Há erro útil?</i>	402
JOÃO BAPTISTA DE SÃO CAETANO	255	<i>Qual é a família da utilidade?</i>	403
<i>Reprovações</i>	277	<i>Livros inúteis: as «outras» razões da censura</i>	406
<i>Milagres</i>	282	<i>A Real Mesa Censória e a demanda de uniformidade</i>	420
<i>Excomunhões</i>	287	<i>O deus dos pormenores</i>	424
O IRREPREENSÍVEL LUÍS DO MONTE CARMELO	291	PARTE III: O QUÊ	427
<i>A rotina de Luís do Monte Carmelo</i>	294	 	
 		A REAL MESA DEFENDE O SEU TERRITÓRIO	439
PARTE II: COMO	321	<i>Jesuítas, barrocos e supersticiosos</i>	452
<i>Falsos amigos</i>	325	<i>De Vieira a Malagrida</i>	461
 		<i>O estranho caso de Cecília Farragó: o fim da feitiçaria</i>	465
ONDE ESTÁ O INTERESSE?	329	<i>O medo do vulgo</i>	467
<i>Proveitoso e não deleitoso</i>	334	 	
<i>Homens que não se aborrecem</i>	339	UM PANORAMA DO TRABALHO CENSÓRIO: NOVE ANOS DE FILTRAGEM INTELECTUAL	469
<i>A infância de John Stuart Mill</i>	342	<i>Input: domínio interno e domínio externo, produção literária e mercado livreiro. Características formais e conteúdos</i>	473

Output: <i>nove anos de produção censória. Cruzamento entre contexto e decisões</i>	498
<i>Algumas conclusões intercalares</i>	515

LIVRO TERCEIRO: O PODER DAS PALAVRAS

OS LIMITES DA CENSURA	521
<i>O que é um livro: os breves de Marca</i>	521
<i>Implícito/explicito</i>	522
<i>Verdadeiro/falso</i>	525
<i>Intrínseco/extrínseco</i>	529
<i>Terrestre/celeste</i>	532
<i>Círculo/espiral</i>	538
O PODER DE LEMBRAR E ESQUECER	547
<i>Destilação e fermentação</i>	571
<i>A questão da tolerância</i>	586
<i>A obrigação da intolerância</i>	588
<i>A obrigação de tolerar</i>	593
<i>Contra a intolerância, filosofia, história e política</i>	596
<i>Mais por mais, menos por menos</i>	598
CONCLUSÃO: O DIREITO A ESTAR ERRADO	611
<i>Nove anos de revolução</i>	616
<i>Levar a sério ou levar à letra?</i>	619
<i>O difícil parto do pluralismo</i>	627
NOTAS	635
BIBLIOGRAFIA	679



*Para os meus pais,
Armando e Lucília*

*Para o meu filho,
Elias*

Noticia

No Cíto do Paceyo publico [sic] junto a Calçada da Gloria em Caza de Moncieur Bourg se dá principio aos Devertimentos seguintes do

Espectaculo da Natureza

Verceba o Céu, o Már, e huma Ilha em que se ãode ver varias figuras mecanicas movidas com muita delicadeza.

Verceba huma tormenta de Mar, com a Mayor Naturalidade nacida de huma Orroroza tempestade que os Astros formão com trovoadas e relampagos.

Verceba huma fortaleza, edificada sobre o Már, combatida por huma esquadra Ingleza, em que haverã hum duvidozo combate.

Verceba huma figura Mecanica do Mestre Pascoal.

Verceba outra figura de huma Senhora Portugueza Bemfeitora.

Verceba outra figura do Velho Paralitico.

Cujos Devertimentos se farão todas as Segundas, quartas, e Sextas feiras, Domingos, e Dias Sanctos.

Imprima-se.

Bispo P.

[ANTT, RMC, cx. 512, doc. 5148]

Noticia

B. P. C. n.º 5148

No Cíto do Paceyo publico junto a Calçada da Gloria em Caza de Moncieur Bourg se dá principio aos Devertimentos seguintes do

Espectaculo da Natureza

Verceba o Céu, o Már, e huma Ilha em que se ãode ver varias figuras mecanicas movidas com muita delicadeza.

Verceba huma tormenta de Mar, com a Mayor Naturalidade nacida de huma Orroroza tempestade que os Astros formão com trovoadas e relampagos.

Verceba huma fortaleza, edificada sobre o Már, combatida por huma esquadra Ingleza, em que haverã hum duvidozo combate.

Verceba huma figura Mecanica do Mestre Pascoal.

Verceba outra figura de huma Senhora Portugueza Bemfeitora.

Verceba outra figura do Velho Paralitico.

Cujos Devertimentos se farão todas as Segundas, quartas, e Sextas feiras, Domingos, e Dias Sanctos

Imprima-se.
Bispo P.

Noticia

INTRODUÇÃO

A ÚLTIMA PALAVRA

A última palavra é um lugar de poder. Ela é a palavra que encerra. Ela inspira temor pelo seu caráter definitivo: depois dela não há correções, alterações ou precisões. Somos levados a temer que, depois do silêncio, seja a última palavra que fique valendo. Toda a gente que já teve uma discussão com um amigo, com um colega ou com alguém da sua família — ou seja: toda a gente — sabe que deter a última palavra representa o poder que se detém sobre a outra pessoa. Significa ganhar esse poder, e mantê-lo, e por isso a outra pessoa vai pensando para si mesma que a última palavra ainda não foi dita, e que a sua vitória final, agora apenas adiada, será a verdadeira última palavra. Numa discussão doméstica, acontece frequentemente esquecermos a razão ou o pretexto que lhe deu início; a partir daí ela prossegue com apenas uma motivação em mente: saber quem vai ter a última palavra.

Estabelecida assim a última palavra como relação de poder em situação de conflito entre pessoas, é necessário notar que a última palavra é igualmente crucial nas relações entre indivíduos e instituições, e, portanto, na definição da natureza dos regimes políticos. Onde reside a última palavra? Quem a detém? O rei? O presidente da República? O Supremo Tribunal? O pontífice máximo? O Conselho da Revolução? A Junta de Salvação Nacional? No caso de a última palavra falhar, por incapacidade, por exemplo, coloca-se a questão de saber quem tem a última palavra depois dessa. Em regimes com separação de poderes, a última palavra pode ser criteriosamente distribuída por diversas instituições, de forma que cada uma delas detenha a última palavra sobre coisas diferentes, ou sobre as mesmas coisas determinadas de modos diferentes, conforme estas devam pertencer à última palavra no ramo legislativo, executivo ou judicial, ou

conforme caibam à última palavra especializada da administração, da academia ou do exército, dos peritos científicos, do instituto nacional de estatística, da autoridade de proteção de dados, do Tribunal de Contas, ou de outras instituições. Numa emergência por causa de uma catástrofe natural, essa última palavra pode pertencer à Proteção Civil, num estado de sítio ao Exército, numa crise alimentar às autoridades sanitárias, numa epidemia aos médicos, num período de instabilidade monetária ao Banco Central, e por aí adiante. Em eleições, diz-se que a «última palavra» regressa ao povo. A atribuição de diferentes últimas palavras por diferentes razões ou ocasiões é judiciosamente feita para que ninguém tenha permanente monopólio dela. Nestes regimes com separação de poderes, o redirecionamento para cada uma das diferentes últimas palavras faz-se a partir das disposições legislativas, e desde logo a partir da Constituição, que é uma espécie de primeira palavra. Isto torna particularmente interessante o papel específico dos tribunais constitucionais, que, por assim dizer, detêm a última palavra sobre a primeira palavra.

A última palavra e a primeira palavra têm uma relação circular que se reforça mutuamente, delimitando o próprio espaço onde se constrói o edifício político. A primeira palavra estabelece os termos da discussão, a última é o próprio termo da discussão. Uma define, a outra é definitiva — ou assim nos parece, razão pela qual atribuímos uma importância excessiva à primeira e à última palavras.

Um intuito de primeira palavra, no sentido político desta expressão, está na lei, em particular nas leis constitutivas. São leis que se designam, em primeiro lugar, a elas mesmas e, depois disso, aos seus objetos. Ao fazê-lo não só delimitam uma comunidade política, voluntária ou não, como escolhem os seus próprios termos. Para exemplificar: uma constituição designa-se a si mesma, designa aquilo que ela constitui — República Portuguesa, República Federativa dos Estados Unidos do Brasil —, dá nome aos órgãos dessa república — Assembleia, Senado —, dá nome aos textos jurídicos que virão depois dela — decretos, códigos —, e por aí adiante. A Lei, no singular, atribui frequentemente uma maiúscula a si mesma. Ela constitui-se como primeira palavra, e não só: é a palavra que escolhe as palavras que se vão usar dali para a frente.

Nos nossos regimes crescentemente abertos há até uma escolha consciente para limitar o espectro de situações em que é necessário haver uma última palavra. A Lei pode ser a primeira palavra, mas ela não regula todas as situações e, acima de tudo, acredita-se que se pode deixar a última palavra ao livre-arbítrio dos cidadãos. Os direitos e deveres, liberdades, garantias e provisões gerais podem estar determinados para muitos campos da realidade política e social, mas é a cada indivíduo que cabe decidir o que fazer a partir daí. Nesses casos há primeira palavra sem haver necessariamente uma última palavra.

Antes dos regimes constitucionais, porém, podia acontecer que a primeira e a última palavras fossem detidas pela mesma pessoa, o rei, naquilo a que se costuma chamar monarquia absoluta. A absoluta circularidade da primeira e da última palavras está em emanar da mesma fonte de poder. As leis do reino e os decretos reais vão estabelecendo um ponto e contraponto entre si que acaba não só por estabelecer as regras gerais e abstratas, mas também decidir os casos particulares e individuais, potencialmente todos eles. Crucialmente, a amplitude deixada pelo soberano entre a primeira palavra e a última palavra pode ser adaptada à medida das necessidades do reino e das conveniências do monarca. Esta flexibilidade prevê um número considerável de opções: o monarca pode decidir deixar muito espaço disponível, por exemplo, para o comércio, ou instituir políticas mercantilistas específicas em determinados tipos de produtos, ou monopólios para certas rotas ou portos; o monarca pode despreocupar-se da maior parte da produção escolástica que não tenha um impacto direto sobre o seu poder, ou estabelecer ele próprio academias reais; o monarca pode estabelecer poucas diretrizes para o vestuário, os luxos e os hábitos de consumo, ou pode decidir delimitá-los item por item nas leis chamadas de «sumptuárias»; em diferentes momentos da sua vida, o monarca pode delegar os seus poderes em conselheiros, validos ou ministros, ou revogar essas delegações para chamar a si um exercício mais pessoal do poder. Em suma, a primeira e a última palavras podem ter uma relação mais distante entre si, concedendo aos súbditos um espaço mais amplo para as suas interações, ou tão próxima que se torne praticamente imediata, reduzindo o espaço disponível para o resto

das palavras intermediárias, aquelas que pertencem a todas as pessoas que não o soberano.

(Se o espaço intermediário entre a primeira e a última palavras for completamente anulado, talvez esta seja uma boa definição de totalitarismo: aquele estado em que o Poder detém a primeira e última palavras sobre tudo, amalgamada na mesma palavra única. Num regime desses — mais identificado em geral com algumas ditaduras do século xx — não existe espaço público autónomo.)

Naturalmente, o monopólio da primeira e última palavras pelo monarca absoluto, cujo apogeu na Europa se deu entre os séculos xvii e xviii, foi muito contestado. Por detrás de cada contestação está certamente uma teoria sobre a origem do poder. Saber se o poder é exclusivamente de origem divina ou, por exemplo, se tem por base um juramento de fidelidade feito pelos súbditos, ou se existe um poder político com base nessas duas legitimidades, faz uma diferença enorme quando se determina quem tem o poder de dizer a primeira palavra, e quem tem o poder de dizer a última palavra, e se ambos esses poderes devem coincidir na mesma pessoa. No mundo católico, por exemplo, o papa foi o grande concorrente pela captura e uso da primeira e última palavras. As linhas dessa competição foram tendo diversas demarcações ao longo do tempo: o rei ou o papa detiveram alternadamente a posição dominante, e houve prolongados períodos de *stasis* em que a primeira e a última palavras eram partilhadas ou detidas separadamente, de acordo com o predomínio de cada um, dimensões distintas, espirituais ou temporais — em geral justificado com as palavras de Jesus no Evangelho: dar a Deus o que é de Deus e dar a César o que é de César. Nas zonas de sobreposição e conflito, porém, houve muita discussão sobre quem deveria ter a precedência, e no período decisivo da história a que se dedica o presente livro, no meio do século xviii, havia duas palavras para descrever os polos em combate: «ultramontanismo», remetendo para o partido do papa, e «regalismo», o partido do rei.

*

* *

Se a primeira palavra é a Lei, este livro vai ocupar-se com um tipo específico e muito definitivo de última palavra: a censura. A censura é a última palavra sobre as palavras, em particular as palavras escritas, mas também por vezes as palavras pronunciadas, e em certas ocasiões também sobre as imagens, música ou gestos. Na medida em que reina sobre o reino das palavras, a censura é uma espécie de última palavra especialmente temida. A censura agiganta-se como um monstro na nossa história e, na medida em que ela assusta, é sempre mais fácil dar do seu vulto uma descrição apressada do que determo-nos a observar cuidadosamente as suas características e a saber distingui-las no tempo.

Se observarmos a censura mais de perto, uma das coisas que veremos é que, pela sua estreita relação com a última palavra e o poder que ela detém — às vezes tido por quase mágico, como no anel do nibelungo, que em Wagner dava ao seu detentor o poder de dominar o mundo —, a sua posse foi disputada, e às vezes partilhada, entre vários poderes. É o caso da instituição de censura que nos servirá de estudo de caso, a Real Mesa Censória, que foi criada pelo rei de Portugal em 1768 para substituir três outras instituições de censura que, juntas, tinham vigorado durante os dois séculos anteriores. Estas três instituições precedentes eram: a censura feita pelos bispos, chamada de «Ordinário» por ter sido a primeira a ser instituída; em segundo lugar, a censura feita pela coroa, através do seu braço administrativo-executivo, o Desembargo do Paço; e, *last but not least*, a censura feita pela Inquisição, que reunia em si o acordo de duas fontes de autoridade, o rei e o papa, e que se tinha estabelecido no reino em 1532, a partir daí construindo uma máquina institucional significativamente autónoma, quase um «estado dentro do estado».

Já se vê que a história da censura pode ser uma porta de entrada para as demarcações entre vários poderes e fontes de poder. Saber se a censura vai ser exercida só por uma instituição ou por várias, de acordo com uma fonte de autoridade régia ou papal, por censores inquisitoriais ou por funcionários estatais, é saber, no fundo, quem detinha a última palavra, ou presumia detê-la, e porquê. O mero facto de todas estas censuras serem censura não deve levar-nos a pensar que elas sejam homogêneas, um pouco sob o exemplo do anarquista que dizia do novo governo, antes

de saber que partido era vencedor das eleições: «*¿Hay gobierno? ¡Soy contra!*». A repulsa contemporânea pela censura, pela minha parte plenamente justificada (e di-lo-ei só esta vez), tem os seus esteios numa narrativa que opõe as forças das trevas às forças da luz, na qual o progresso da liberdade se faz sobretudo pela regressão da censura. Mas essa narrativa não pode impedir-nos de olhar para a história da censura em busca das suas próprias mutações e do que elas nos dizem sobre as mutações da história, na encruzilhada entre saber e poder.

A censura de que se vai ocupar este livro foi constituída como uma espécie de última palavra. Ela corporizou-se numa nova instituição, a Real Mesa Censória, que acabou com os direitos de censura da Inquisição e dos bispos, aboliu a jurisdição sobre Portugal do Índice Romano de livros proibidos e expurgados, e encarregou um reduzido corpo de censores contratados e pagos pelo estado do exame de todos os textos em papéis manuscritos e impressos, peças de teatro em livro ou representadas na cena, e até estampas, ou coisas aparentemente tão simples quanto calendários ou cardápios de restaurantes. Foi constituída, naturalmente, pela Lei — a primeira palavra —, numa tentativa de englobar todo o discurso produzido no reino. Lei e censura constituíam assim um círculo que, nos seus termos, englobaria todas as outras palavras.

Esta sensibilidade é amplificada pela noção de que a própria censura lida, num primeiro momento, com palavras: textos, livros, sermões, peças de teatro, orações, e muitos outros conjuntos de palavras. No poder que lhe foi dado pela lei, cabe à censura decidir quais destas palavras ditas vão ser ouvidas ou quais destas palavras escritas vão ser lidas. Uma decisão sua é o destino, por exemplo, de um livro. E essa decisão é também ela uma palavra: se a palavra for «suprimido», o livro será suprimido; se a palavra for «licenciado», o livro poderá ser lido; se a palavra for «emende-se», as palavras no livro serão alteradas por outras. As últimas palavras do autor serão substituídas pelas do censor. Tal como a lei foi a primeira palavra, a censura é a última palavra sobre as palavras.

Este é, pelo menos, o quadro definido por ambas. Agora aproximemo-nos um pouco mais. A lei pode dizer que é a primeira palavra, mas na verdade precisou das palavras para o dizer.

*
* *

Em geral, os censores que estudaremos neste livro acabavam os seus relatórios com a demonstração de que o texto em análise era «digno da luz pública» ou «indigno da luz pública». Essa é uma expressão muito reveladora. Ela carrega uma carga histórica muito importante e traz consigo duas das revoluções mais importantes que o século XVIII legou à posteridade.

Começamos pela noção do *público*. É hoje do conhecimento comum, em particular a partir dos trabalhos de Jürgen Habermas, que é no século XVIII que se consolida na Europa a visão coletiva de que existe uma esfera pública para o discurso, que é diferente da esfera privada ou íntima, mas também diferente da esfera oficial. É dessa esfera pública que nascerá, lá mais para o fim do século, e sobretudo nos séculos seguintes, a cultura cívica que permitirá o desenvolvimento da democracia moderna. Parte-se do princípio, contudo, que essa esfera pública é de origem autónoma; a leitura socio-histórica, na tentativa de encontrar nela as raízes das revoluções liberais, defendeu mesmo que a esfera pública era uma invenção «burguesa» — ajudada também pelo facto de, na obra de Habermas, a palavra alemã *bürgerlich* ter o duplo significado de «burguês» e «cidadão» ou até «cívico» ou «civil». O que é extraordinário na utilização da expressão pelos censores da Real Mesa Censória é que fica claro que o poder político, na pessoa do rei Dom José I, ou através do seu ministro José Sebastião de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, considerava que lhe cabia a si desenhar os limites desse espaço público. Nesse regime de pensamento, a censura não era oposta à esfera pública, mas, pelo contrário, uma condição de possibilidade para que a esfera pública existisse.

Em segundo lugar, a *luz*. Esfera pública é, como disse, uma expressão académica, surgida na historiografia e na filosofia do pós-guerra, e que hoje se generalizou. Mas é notável ver como, a partir de 1768, os censores de um reino europeu utilizavam uma expressão que é bastante mais evocativa, pois reúne dois elementos centrais do século XVIII: não só a noção do público, como a ideia de que há uma luz que dá ao público o seu potencial. Esta é a ideia mais poderosa do século que viria a ser conhecido como

o «Século das Luzes» ou a época do «iluminismo». Mas aqui o espaço do público não aparece como um terreno físico, uma «esfera» qualquer, antes como uma condição partilhada de interpretação, uma espécie de círculo de luz intelectual e coletivo que permite que as coisas sejam vistas de uma forma mais objetiva, clara e rigorosa. O que pode causar aqui maior estranheza, porém, é o facto de os censores se reivindicarem dessa luz. Não nos diz a leitura progressista da história que a censura tenha perseguido as luzes, e que haja entre uma e outra inimizade profunda e irresolúvel? Como pode ser que apareçam então aqui os censores como uma espécie de funcionários e sacerdotes, em simultâneo, dessa luz que possibilita a realização condigna do debate público?

Em terceiro, a *dignidade*. Também esta tem grandes pergaminhos no século XVIII, particularmente a partir do momento em que Kant estabeleceu toda a sua filosofia política em torno da ideia de «dignidade humana», que no século XX encontrou o seu lugar central no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos ou nos primeiros artigos de muitas constituições, a começar pela Constituição da República Federal da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial. Como muitos dos termos que usamos hoje em dia para definir uma situação política desejável — «tolerância» é outro desses termos, que será estudado mais à frente neste livro —, a evolução da palavra «dignidade» levou-a do particular para o geral. «Dignidade» aplicava-se em geral, até ao século XVIII, como descrevendo um atributo do rei, de um nobre, ou de outras figuras importantes. A dignidade deles era como um privilégio, ou a emanção da sua magnificência, e era por terem essa dignidade inerente que se justificavam as imunidades de que usufruíam. É daí que vem a palavra «dignitário», aquele que é digno; hoje, esse termo usa-se ainda quando se recebem «dignitários» estrangeiros, que têm por isso as suas imunidades e privilégios. A ideia de que todos os humanos têm a sua dignidade própria seria contraditória segundo este primeiro sentido, mas foi ela que se estabeleceu após a vitória intelectual da filosofia das luzes. Contudo, nesta época de basculamento em meados do século XVIII, o que os censores nos estão a dizer não é que o trabalho deles trate da dignidade humana, mas sim do aferimento do mérito dos livros, que lhes dará a licença que reconhece que eles são «dignos da luz pública».

Os livros indignos continuarão por isso confinados às trevas, ou vicejarão na zona de sombra dos escritos privados; mas os livros dignos serão admitidos à luz pública.

A expressão «digno da luz pública» é pois bastante curiosa, na medida em que dá ao seu âmbito de ação uma imagem e um contexto: o papel dos censores é determinar que textos são dignos ou não de estar sob a luz pública. Essa luz é talvez o conjunto dos olhares coletivos, mas não: a luz não é o resultado do conjunto dos olhares. A luz vem de cima, tem uma única fonte, e é ela que possibilita à comunidade ver ou não. Como veremos, aquilo que é público é apenas o círculo que é delimitado pela própria luz. Podemos simplesmente concluir de novo que a expressão «luz pública» delimita o seu próprio objeto ou, numa linguagem mais clara: escolhe as palavras com que quer referir-se àquilo que faz. No entanto, os legisladores e os censores que utilizam esta expressão não a extraíram do vazio. Estas palavras trazem consigo uma história, uma pré-compreensão. Para usar a expressão «luz pública», os censores precisam de ter uma ideia da razão por que é adequada a metáfora da luz para falar de textos e de cultura, qual é a distinção entre uma luz pública e de outro tipo, o que faz com que certos textos sejam dignos e outros indignos dessa luz pública, e muitos outros significados que vêm naturalmente agarrados à expressão «luz pública». Por muito que a lei queira trabalhar a partir de uma tábua rasa que ela própria fez, terá de saber o que é uma «tábua» e que sentido faz qualificá-la de «rasa». Não é a lei que faz as palavras, mas as palavras que fazem a lei.

*

* *

Se pensarmos bem, devemos conceder que este esboço é bastante perturbador: então habituámo-nos a pensar nos censores como os grandes inimigos das luzes, e agora encontramos-os, se não como os seus heróis, pelo menos como os seus construtores? Pensámo-nos sempre a censura como um atentado aos direitos fundamentais, e agora vemos os censores a trabalharem para concretizar uma noção de dignidade que está na base desses direitos? Defendemos a abolição da censura como condição *sine qua non* para

a existência de um espaço público e de uma sociedade civil saudável, e agora suspeitamos que a existência da censura já foi vista como a condição *sine qua non* para o desenvolvimento desse espaço público e dessa sociedade civil?

O que se passa aqui: erro de análise, hipocrisia, ignorância, revisionismo? Não penso responder a essa pergunta já. Mas ao longo deste livro veremos como ela se ramifica e ganha em complexidade e novas questões, que por sua vez nos permitem explorar respostas essenciais não só para o século XVIII, mas também para os séculos futuros. Afinal, estamos a falar de uma enorme basculação na história mental da humanidade, talvez a mais decisiva delas até agora. Também ela pode ser resumida de forma simplista através do regresso às últimas palavras.

A história conta-se em dois tempos: num primeiro tempo, a última palavra para a maior parte das coisas era a palavra «fé»; num segundo tempo, a última palavra passou a ser «razão». Acreditamos, ou dispomo-nos a acreditar, que a humanidade passou de um momento em que as grandes respostas eram dadas pela fé e passaram a ser dadas pela razão. A história não é linear, pois a fé e a razão já disputavam (e continuam a disputar) os seus territórios, mas, com um certo desconto pelo etnocentrismo e pelo cronocentrismo, pensa-se que o momento decisivo para o basculamento entre a fé e a razão foi o século XVIII europeu e ocidental. Antes e depois dele houve vários períodos em que a razão ou a fé acumularam forças, mas no século XVIII a razão foi ganhando progressivamente reforços tão intensos, que atingiu uma espécie de massa crítica, algures para o fim do século, que lhe permitiu estabelecer o seu predomínio até hoje, apesar de algumas escaramuças. Por isso, a época das luzes também é conhecida por ser a «Idade da Razão» e, embora as suas ligações às revoluções do fim do século XVIII e dos séculos seguintes sejam múltiplas e nem sempre fáceis de estabelecer, parecem claras as relações entre as luzes e os regimes democráticos que existem hoje em todo o mundo.

Esses regimes democráticos não se definem, como é evidente, apenas pela sua relação com a fé ou a razão, mas por uma série de características diversas e complementares, entre as quais se contam a tolerância, a liberdade de expressão e de imprensa, o estado de direito, a partici-

pação cívica, a capacidade de eleger e ser eleito, o pluralismo no espaço público e outros. Para nós, enquanto cidadãos, esses direitos liberdades e garantias dependem uns dos outros num regime indissociável, e talvez por isso nos tenhamos habituado a ver a história como uma sucessão de um determinado tipo de blocos. À imagem do que se passa no mundo da informática, vemos a transição entre um regime e outro como um momento em que se desinstala o *software* de um sistema e se instala o *software* de um sistema diferente. Esta forma de ver as coisas parte do princípio de que esses sistemas constituem unidades indivisíveis e de que, apesar de poder haver continuidades entre um sistema e outro, a transição não se dá sub-repticiamente. Toda a intenção de uma revolução, ou de uma mudança de regime, é não só produzir a mudança, mas explicitar que a mudança foi produzida, e para isso é preciso fazê-la de forma rápida, de maneira que ela seja contida num momento histórico ou numa geração, pois de outra forma não seria perceptível. Mas, por outro lado, embora o basculamento se tenha produzido de um momento para o outro, parece impossível afirmar que ele se tenha produzido logo com todos os elementos que *a posteriori* lhe associamos. O nosso erro de observação impelir-nos-ia então a considerar o Iluminismo, por exemplo, como um «pacote» no qual todos os elementos estariam presentes de imediato: o domínio da razão implicaria forçosamente o da tolerância ou do pluralismo.

É talvez mais estimulante pensar nesta progressão como uma série de «equilíbrios pontuados». Em biologia, o equilíbrio pontuado foi a noção encontrada para permitir entender melhor o motivo pelo qual a evolução é ao mesmo tempo um progresso lento e incremental e marcado por momentos de mudança vigorosa e rápida — o equivalente na história das ideias às famosas «mudanças de paradigma». Segundo esta noção, um equilíbrio pontuado é um momento no qual uma plethora de elementos em tensão encontra a sua *stasis*, uma aparente fixidez de contrários que pode durar muito ou pouco tempo. Mas uma pequena mudança pode pôr em causa essa situação estável e dar origem a um período dinâmico de desequilíbrios, nos quais se podem encontrar novas combinações. Em cada equilíbrio pontuado há elementos comuns em configurações diversas.

A história que vamos contar é da busca de um equilíbrio pontuado num momento em que os elementos se encontravam já em dinâmica. Após dois séculos de um sistema de censura estável, a Real Mesa Censória durou apenas nove anos sob Pombal, após os quais a instituição subsistiu sem o seu esteio ideológico inicial, foi depois transformada numa instituição sucedânea que durou pouco, regressando-se depois ao sistema de censura dos séculos anteriores, para finalmente se abolir a censura com o regime liberal — apenas brevemente, pois a partir daí os períodos de censura «policia» sucederam-se a períodos de relativa liberdade de imprensa.

Durante os nove anos de produção censória da Real Mesa sob Pombal, os «deputados», como era a designação oficial dos censores, examinaram 1519 textos autónomos, entre livros impressos no estrangeiro e importados por livreiros portugueses, manuscritos preparados para impressão no reino, peças de teatro destinadas a serem representadas ou a serem impressas (ou ambas as coisas), dissertações académicas que iriam ser defendidas na Universidade de Coimbra (a única outra universidade do país, a de Évora, tinha sido fechada aquando da expulsão dos jesuítas, em 1759), e traduções de livros estrangeiros para serem impressos no reino. Estes textos mereceram em geral a elaboração de relatórios de censura, chamados simplesmente de «censuras» em português, que a máquina administrativa da instituição catalogou, arrumou e preservou. O *corpus* que daí resultou encontra-se hoje nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, em Lisboa, essencialmente organizado da forma como foi organizado pela Real Mesa Censória. É esse o núcleo principal em que se baseia este estudo: nele podemos encontrar recensões a obras de filosofia ou de religião, críticas a romances e dramaturgia, manuais de aprendizagem de idiomas ou tratados de direito canónico ou civil. O espectro dos censores é amplo: no mesmo dia podem discutir John Locke, Voltaire ou Espinosa e um entremez cómico para um teatro lisboeta, uma folhinha de devoção ou uma receita médica para achaques vários. Fora das censuras formais, o *corpus* da Real Mesa Censória tem ainda todo o tipo de textos para «papéis impressos», que estavam sob a jurisdição da Real Mesa Censória: de cardápios de restaurantes a cartazes anunciando a realiza-

ção de corridas de touros, de calendários a figuras de santos. (É deste segmento que vem a epígrafe a esta tese, um anúncio a uma série de «divertimentos» a ter lugar em Lisboa, provavelmente com a utilização de figuras mecânicas, autómatos ou marionetas, representando uma variedade quase incongruente de temas, figuras e acontecimentos.) Os censores proibem estes textos («ficam suprimidos na Mesa»), permitem-nos («concede-se licença») ou, mais raramente, modificam o seu conteúdo («fica emendado») ou restringem o número de pessoas que podem ter acesso ao texto («fica reservado»). Em alguns casos, raros, a que dedicaremos um dos últimos capítulos, são dadas ordens para queimar publicamente os livros, pelo menos num caso depois de os exemplares terem sido lacerados. Na maior parte das ocasiões, os censores estão de acordo sobre o destino a dar aos textos. Em alguns casos, muito importantes para nós, os censores discordam e chegam mesmo a entrar em longas controvérsias no interior da instituição. Tudo isso nos permite não só saber o que achavam os censores portugueses de um livro ou autor em particular, como se costuma fazer em geral quando a censura é convocada para a historiografia, mas ir mais longe do isso, entendendo de que forma a censura é uma prática de leitura que faz parte de um determinado mundo intelectual, que o molda e é moldada por ele. Acima de tudo, permite-nos explorar os limites da visão da censura sobre ela mesma.

Como vimos antes, a história da censura é também a história dos regimes de poder e de conhecimento. Mas essa verdade é ainda mais importante noutro sentido. A própria censura depende, em grande medida, não só do poder, mas também do conhecimento. Ela partilha com o conhecimento da sua época informações, conceitos, formas mentais, práticas intelectuais. É possível que a censura do século XVIII partilhe com o iluminismo elementos de tal forma centrais, que possamos considerá-la mais uma censura iluminista do que como uma censura anti-iluminista?

Essa é a nossa pergunta. Agora a questão é como responder-lhe.

*

* *

Havia uma discussão na Antiguidade acerca de qual era a melhor forma de contar uma história. A resposta mais evidente era: começar pelo princípio. Uma outra resposta, muito adequada para os historiadores, mas pouco utilizada por eles, é começar pelo fim (já o fiz em aulas de história da arte: na primeira semana, levar os alunos a ver qualquer exposição que esteja patente naquele momento; na segunda semana, falar dos artistas que vieram antes daquele que vimos; na terceira semana, falar dos artistas que influenciaram esses ou a que eles se opuseram; e por aí fora).

A resposta favorecida por alguns retóricos resumia-se numa frase latina: *in media res* — pelo meio das coisas. Ao contar a vida de um «grande homem», por exemplo, deveria começar-se pelo seu momento decisivo: Júlio César deve atravessar o Rubicão? Depois retrocedia-se para explicar: que faz ali aquele homem? Que circunstâncias o levaram àquela decisão? Onde estava ele antes? Depois de ter recuperado esse caminho, acompanha-se o objeto da nossa história às peripécias seguintes: como atravessou o Rubicão, o que isso significa, o que lhe aconteceu depois.

Foi esse o método que escolhi para este livro. O período político que vamos estudar como exemplo, o «pombalismo», foi marcado no seu início por uma catástrofe natural que arrasou a capital do reino — o Grande Terramoto de Lisboa de 1 de novembro de 1755 — e foi inédito na sua linguagem fundacional, de «tábua rasa». Explorei esse início e esse tipo de linguagem em *O Pequeno Livro do Grande Terramoto*. A intenção agora é tomar o pombalismo a partir do seu apogeu ou, melhor ainda, daquilo que o próprio pombalismo considerou o seu apogeu. A inauguração da estátua equestre de Dom José I em 1775, quase vinte anos depois do Grande Terramoto, foi o principal momento que o pombalismo escolheu para se dar a ver. Começaremos por tentar entender o que desejaram comunicar, e depois procederemos da forma aconselhada pelos antigos quando se começa pelo meio: tentaremos ver como se chegou ali, e como se foi dali para diante.

O primeiro livro desta dissertação é então dedicado às «palavras do poder», num sentido lato. A intenção é tomar os pronunciamentos oficiais do rei e do seu ministro pelo seu valor facial, seja quando inauguram a estátua equestre de Dom José I ou através da legislação que estabeleceu a Real

Mesa Censória, antes de começar a desconstruir esses mesmos pronunciamentos. Uso «valor facial» num sentido também literal: esta foi a face que o reinado de Dom José I quis mostrar aos seus súbditos, aos estrangeiros e aos vindouros; começaremos então por tentar reconhecer que face foi essa. Ao fazê-lo, encontraremos as nossas personagens em palco: ver os censores que ocupam o seu lugar nos preparativos ou nas cerimónias da inauguração da estátua ou, num segundo capítulo, vê-los literalmente no teatro, assistindo a peças ou examinando-as a mando do tribunal de censura. Finalmente, num terceiro capítulo, a leitura em proximidade da lei institutória e do regimento da Real Mesa Censória, bem como a sua comparação com o sistema de censura que a precedeu, dar-nos-á a oportunidade de traçar o perfil dos censores como «intérpretes e legisladores» (retomando para o efeito uma categorização de Zygmunt Bauman). No seu conjunto, o acompanhamento pormenorizado de cerimónias e textos do poder permitir-nos-á estabelecer o quadro geral para que nasceu e no qual se integrou a Real Mesa Censória.

No segundo livro veremos a instituição a partir de dentro, segundo três perspetivas diferentes, a que chamei simplesmente «quem», «como» e «o quê». O que se encontra dentro de cada uma destas caixas é bastante evidente. Assim sendo, a primeira parte do segundo livro é dedicada aos censores eles-mesmos, enquanto censores, mas também enquanto autores, eruditos, e atores políticos; para isso, seguiremos a trajetória dos primeiros quatro censores a serem nomeados para a Real Mesa Censória, que estão também entre os censores mais produtivos da instituição e aqueles que mais a marcaram do ponto de vista doutrinário, ideológico e de estabelecimento de uma práxis de censura. Na segunda parte do segundo livro, «como», a nossa escala de análise será a das palavras que esses censores usavam ao escrever sobre os livros que examinavam; em vez da trajetória dos censores no tempo, a ideia é descrever uma espécie de constelação dos seus instrumentos de análise e das ferramentas vocabulares que os ajudavam a pensar e que estruturavam as suas decisões. O resultado será provavelmente inesperado; em vez de categorias supostamente típicas para a censura, como heresia, sedição ou obscenidade, encontramos um edifício argumentativo baseado nas noções de utilidade, luzes, dignidade e público,

e — igualmente ou mais importante ainda — rejeitando elementos como os da confusão, da inutilidade, da ociosidade, do excesso, do exagero ou da impropriedade gramatical e estilística, a que os censores são reativamente fóbicos. Tanto as noções positivas como negativas — a partir do ponto de vista do censor — serão exploradas em capítulos autônomos. Finalmente, os últimos capítulos do segundo livro, na sua terceira parte, serão dedicados ao «quê» da censura, ou seja, aos objetos sobre os quais se exerce a ação dos censores: os textos, evidentemente, sejam eles livros ou não, mas também (sem objetivos de exaustividade) os livreiros, os leitores, os professores de Latim ou das escolas menores, os alunos do Real Colégio dos Nobres, os teatros e os seus espectadores, os padres e os bispos e os seus fiéis. Além dos capítulos mais temáticos sobre as grandes lutas travadas pelos censores (contra o jesuitismo, a «superstição», mas também a escrita barroca ou os filósofos libertinos), um capítulo final fará o apanhado quantitativo da ação censória: que textos foram censurados, em que formatos, de que proveniências, em que línguas — quantos foram aprovados ou proibidos pelos censores — e qual foi a «biblioteca censória» que resultou da ação da Real Mesa.

O terceiro livro, finalmente, procurará ir além dos limites que esta descrição geral comporta. Pois se ela nos diz, tanto quanto possível, de que tratou a censura portuguesa sob Pombal, talvez tenha dificuldade em dizer-nos o mais interessante: o que não foi essa censura, onde estavam os seus limites, os seus não-ditos, os seus impensáveis, quais eram os seus pontos cegos e os momentos de paralisia institucional. Para explorarmos essas questões, são especialmente interessantes os casos de discórdia interna entre censores: ainda que não muito significativos estatisticamente, eles são significativos porque põem à prova o entendimento que os censores têm do seu trabalho e da sua jurisdição. Alguns destes episódios são casos-limite e testam a própria questão do que é um livro, do que são palavras, e de como se determina o modo de escrever as palavras ou até que poder legítima ou não a utilização de uma única letra — no caso, a letra *y*, na assinatura de «El Rey». Para lá desses limites, encontram-se os objetos mais inefáveis da censura: o poder de lembrar e de esquecer, a que é dedicado também um capítulo. Por último, encaramos a questão de saber se é pos-

sível encontrar uma essência comum entre a censura e o iluminismo na censura do iluminismo. A resposta que tentarei está na descrição de duas teorias opostas da obtenção de ideias sobre a verdade: uma por destilação, comum à censura e à abordagem iluminista; outra por fermentação, pluralista e pós-iluminista.

No fim deste percurso, a conclusão trata do difícil parto do pluralismo e tem por título «o direito a estar errado», no que é ao mesmo tempo uma definição e uma prevenção para o autor.

*
* *

Até agora temos falado principalmente de palavras, mas essas palavras eram usadas por gente: pelos legisladores, pelos censores, pelos autores, pelos leitores e pelos seus contemporâneos. Num sentido mais geral, havia uma linguagem que o poder político usava para se apresentar a si mesmo, o seu soberano e o reino dele, e que não era feita só de palavras, mas também de imagens, monumentos, cerimónias, música, representações, vestuário, festas, execuções, e muitas outras coisas. Para enfatizar o seu ineditismo, o pombalismo foi muito expressivo na forma como se deu a ver, como se apresentou em público, pois tinha uma ideia muito precisa, e levada muito a sério, acerca de como deveria ser visto.

Vários filósofos nos avisaram, em particular durante o século xx, que procurar o sentido das palavras não é uma tarefa simples. Cada palavra não tem o seu sentido sozinha, mas no seu contexto: banco pode ser o lugar onde nos sentamos ou onde depositamos dinheiro. É preciso procurar o sentido da palavra no seu lugar no meio de outras palavras, diz-nos Wittgenstein. J.L. Austin vai um pouco mais longe e pergunta o que «faz» aquela palavra. Durante este livro, proponho entender este «faz» no seu duplo sentido. O que fazem ali aquelas palavras nos documentos de 1768, censor, censura, livros, luzes, autores, no meio umas das outras e em relação umas com as outras. Mas também o que elas «faziam» socialmente, isto é, na prática. O que fazia a palavra «censor» quando era dita ou escrita em 1775, por exemplo? O que se queria dizer quando se dizia que alguém era

censor? Para isso teremos de ir um pouco além das palavras e explorar um discurso que é feito de mais do que palavras: é feito de cerimónias, imagens, e muitas outras coisas que não são ditas e que talvez nem tenham ficado documentadas. Veremos no primeiro capítulo, por exemplo, que os censores tinham lugar de destaque em muitas cerimónias importantes do reino. Isto é um tanto surpreendente se comparado com a ideia mais recente de que um censor é alguém que está escondido numa cave como um segredo vergonhoso do estado. Que censor é este que o estado mostra com alguma pompa e circunstância? O que «faz» a palavra censor em 1768?

Mesmo esta expressão, o «pombalismo», deve ser usada com noção dos seus limites. Por detrás do pombalismo há pessoas, e a maneira como cada uma se comporta. Quando dizemos que a inauguração da estátua equestre marca a forma como o pombalismo se deu a ver, por exemplo, partimos do princípio de que ela é diversa, conforme o Marquês de Pombal desejou que ela fosse vista, ou o Rei desejou ser visto nessa inauguração (ou não ser visto), ou como Frei Manuel do Cenáculo, presidente dos censores, a viu e foi visto nela. O ponto de vista de cada um deles na cerimónia, e a maneira como de cada ponto de vista se atinge o outro, são diferentes e crescentemente complexos.

A inauguração da estátua é uma encenação, e como tal é uma ocasião privilegiada para colocar as nossas personagens em cena.

Não quero, no entanto, sugerir que as coisas ficam mais simples quando as vemos pelo prisma das pessoas em vez das abstrações, como «o pombalismo». Pelo contrário, há pelo menos uma complicação adicional, e essa é que as pessoas não são sempre as mesmas. As pessoas não são sempre as mesmas conforme são vistas por si ou pelos outros, como sugerimos atrás. Sobretudo, as pessoas não são sempre as mesmas ao longo do tempo.

A maneira como nós vemos «Pombal», por exemplo, é hoje muito mais plana e circunscrita do que no seu tempo. Pombal não foi sempre Pombal — e digo-o literalmente. Vamos encontrá-lo Marquês de Pombal, no dia da inauguração da estátua. Mas antes disso ele foi Conde de Oeiras quando fundou a Real Mesa Censória. E antes disso foi simplesmente Sebastião José de Carvalho e Melo, quando foi nomeado ministro do rei. Se quisermos levar mais adiante esta ideia, houve um tempo em que ele não foi

ministro, e o seu nome se escrevia Sebastião Joseph de Carvalho e Mello, o que é um pouco diferente.

É meu desejo que o leitor acompanhe essas mudanças. Referir-me-ei a Pombal quando ele for Pombal, mas ao Conde de Oeiras enquanto ele for Conde de Oeiras. Manuel do Cenáculo foi Frei Manuel do Cenáculo, depois bispo de Beja, depois arcebispo de Évora. Os próprios contemporâneos acompanhavam essas alterações e encaravam-nas como uma mudança substancial do que significava aquela pessoa com título ou sem título, com este título ou aquele. Pressinto que ganhamos algo ao ter permanente consciência desse facto, que pode trazer equívocos. Saber que o Conde de Oeiras se tornou Pombal em 1768 não envolve grande complicação; no entanto, a partir dessa data foi o seu filho que passou a ser Conde de Oeiras, o que significa que neste livro há dois Condes de Oeiras, e não são a mesma pessoa. Não vai ser fácil; mas ninguém prometeu que tentar entender uma época passada fosse fácil.

*

* *

A 1 de novembro de 2001, à hora do 246.º aniversário do Grande Teramoto de Lisboa, sentei-me a uma mesa para começar a escrever esta dissertação. Termine-a na véspera do mesmo dia, em 2013. Nestes doze anos (mais cinco que decorreram até à publicação em livro, nos 250 anos da Real Mesa Censória, em 2018), a escrita deste texto foi interrompida diversas vezes, num percurso que incluiu três países e demasiadas peripécias. Noutras ocasiões esta reflexão beneficiou também de outras escritas e de outros livros. Essa reflexão já vinha de trás, dos anos 1990 e da minha tese de mestrado no Instituto de Ciências Sociais de Lisboa — cujos elementos são retomados aqui no capítulo quantitativo do Livro Segundo, Parte III, e também parcialmente no capítulo «Os censores no teatro», do Livro Primeiro, que desenvolvi sob a orientação de António Hespanha. Foi aí que comecei a trabalhar no *corpus* da Real Mesa Censória na Torre do Tombo, em Lisboa, e elaborei a base de dados dos relatórios de censura portugueses entre 1768 e 1777. A partir de 1998, já no

curso doutoral da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris, pude densificar a minha visão do trabalho dos censores e comecei a tentar integrá-la na paisagem vasta e permanentemente acrescentada de detalhes da história do livro e da leitura, entendida como uma parte essencial da história da cultura. Para isso foram essenciais os horizontes abertos pelo seminário dirigido por Roger Chartier, complementados pelas discussões sobre o mundo ibérico no seminário de Bernard Vincent, e as questões do poder e do estado moderno como debatidas no seminário de Jean-Frédéric Schaub (o extraordinário ambiente de estudo da EHESS e a participação em muitos outros seminários completaram essa inesquecível experiência académica e intelectual; poderia citar muitos, mas destacarei, além dos seminários já citados, os de Giovanni Levi, Jean-Pierre Cavallé, e os de Christian Jouhaud e Alain Viala). De regresso a Portugal, uma experiência de ensino na área da história da arte no Instituto de Arte e Design (IADE) de Lisboa foi seguida de uma experiência mais demorada de precariedade e crise num país já então em dificuldades. Em 2005 publiquei *O Pequeno Livro do Grande Terramoto*, um ensaio sobre 1755 do qual esta tese retoma algumas passagens sobre o «caso Malagrida», do nome do jesuíta que entendia o terramoto como uma expressão de um castigo divino e que foi queimado pela Inquisição e teve o seu livro proibido pela Real Mesa Censória. Algum desse material já havia, aliás, ajudado a formar um artigo publicado em São Paulo, na revista *Estudos Avançados*, intitulado «Lembrar, esquecer, censurar», de que uma boa parte aparece no livro terceiro deste volume. O mesmo acontece com um outro artigo, publicado na revista *Lusitania Sacra* da Universidade Católica de Lisboa, sobre «os censores contra a superstição», esse também integralmente retomado no livro terceiro, tal como uma pequena peça sobre a polémica ortográfica que teve lugar em 1771 e que publiquei numa obra de linguística portuguesa dirigida por Maria Helena Mira Mateus. Tanto a maior parte desses textos, que se encontram referenciados na bibliografia final, como a grande maioria do restante conteúdo original deste livro encontraram de uma forma ou de outra inspiração nos desafios que me foram lançados na EHESS por Bernard Vincent e Roger Chartier. Os três mestres que mais me influenciaram neste percurso são efetiva-

mente António Hespanha, Roger Chartier e Bernard Vincent. Desde as incomparáveis aulas de Hespanha, em Lisboa, até aos intensos e enriquecedores seminários de Chartier, em Paris, e terminando com a orientação generosa e paciente de Bernard Vincent e — no que mais me tocou — a sua bondosa humanidade. Aos três, o meu muito obrigado.

Evidentemente, num percurso extenso como este, há muitos agradecimentos a fazer e dívidas de gratidão a pagar. Tento lidar com as segundas pessoalmente, junto das pessoas que tanto me ajudaram, e quando por alguma razão não é possível fazê-lo, a consciência não me deixa esquecer-las. Quanto aos agradecimentos, tentarei fazê-los de uma forma muito breve, que acaba sendo injusta para quem os merece; mas se fosse ser justo com eles seria insuportavelmente longo para o leitor. Assim, em Lisboa, quero agradecer aos meus colegas e amigos académicos Ângela Barreto Xavier, Pedro Cardim, Nuno Camarinhas, Joana Estorninho, Rita Marquilhas, José Manuel Subtil, bem como a Catarina Madeira Santos (agora em Paris, na EHESS) e André Belo (agora em Rennes), com quem iniciei esta aventura. Em Paris, a Jean-Frédéric Schaub e Valeria Pansini, além de Daniella Rocha. Em São Paulo, a Gabriela Pellegrino e Pedro Puntoni. Em Belo Horizonte, a Eduardo França Paiva e Júnia Furtado. Em Ouro Preto, à querida amiga Guiomar de Grammont. Em Salvador da Bahia, Evergton Sales Souza. No Rio de Janeiro fica a saudade e a triste impossibilidade de agradecer a Fátima Gouvêa. Em Madrid, Fernando Bouza Álvarez. Em Nova Iorque, Jeff Ruth e Sara Villa. Em São Petersburgo, Olga Roussinova. Há também que mandar um abraço aos amigos que são de todos os lugares: António Tomás, Daniel Calado, Dora Capinha, Paula Alexandre, Bruno Manteigas, João Macdonald, Felicidade Neto Ximenes, Nicolau Gomes de Pina e Odete Santos, Bárbara Bulhosa, Inês Hugon e tantos outros. E aos «afilhados» António Paté, Joana Goldschmidt, Irene Pansini (mais a Caterina) e, claro, a Joana e o Xavier, aqui está a razão por que o padrinho foi muitas vezes desatento e distraído.

Em determinados momentos deste trabalho contei com o contributo precioso de pessoas que me ajudaram, por exemplo, a chegar a material de que eu estava fisicamente distante, realizar e verificar estatísticas, ou rever

o texto e traduzir citações de fontes originais em português setecentista. São esses os casos de Geizely Glícia Fernandes, do meu irmão João Marcelino e especialmente de Joana Cabral, que reviu e traduziu excertos deste texto que se encontravam originalmente em francês, sem cujo contributo teria sido absolutamente impossível eu trazer até ao fim este trabalho.

Depois há as pessoas que têm uma importância de vida e para a vida. Não há agradecimento que chegue para elas. A Vera Tavares, que acompanhou de perto o início deste percurso e esteve presente, de várias formas, ao longo de todos estes anos. A Christiane Coêlho, companheira durante grande parte de uma caminhada que fizemos juntos, com entreatada e solidariedade, e que não esquecerei nunca. A Marta Loja Neves, que me encontrou no momento decisivo, me encorajou, me apoiou, me levantou quando foi necessário, com a sua força e generosidade. Juntos vivemos a aventura do nosso filho Elias, nascido seis meses antes da publicação deste livro. Por timidez, fico por aqui, antes que o coração comece a falar demasiado alto.

Finalmente, a família em que nasci e cresci: os meus quatro irmãos Rosário, David, Zé e João; as minhas três sobrinhas Ana (com o Pedro), Raquel (com o Gonçalo) e Mariana (e Filipe); os meus sobrinhos-netos Joana e Xavier (e mais a Amália e a Luísa, que nasceram entretanto); os meus primos e tios (a Catarina fica citada por todos); e, acima de todos, os meus pais. Uma das últimas perguntas que o meu pai Armando me fez foi se tinha acabado uma primeira versão desta tese (felizmente ainda pude responder que sim). A minha mãe Lucília está ansiosa para a poder ler. E não me esqueço de que foi numa conversa entre Armando e Lucília, há mais de trinta e cinco anos, que eu ouvi pela primeira vez a palavra «historiador» e decidi que era isso que queria ser. O resultado é agora este.

LIVRO PRIMEIRO AS PALAVRAS DO PODER

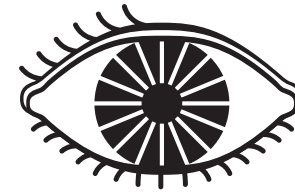


A ESTÁTUA DO REI

No dia 20 de março de 1775 um homem chamado Manuel José Pereira, que era secretário em fim de mandato da repartição de censura da Real Mesa Censória, recebeu dois documentos com o título «aviso, ou instrução». Ambos vinham da parte do ministro do rei, o Marquês de Pombal, e eram dirigidos ao presidente da Real Mesa, o erudito bispo de Beja Frei Manuel do Cenáculo. O assunto de que tratavam era a «solenidade» da inauguração da estátua equestre do rei Dom José I, e a razão por que a Real Mesa Censória deveria tomar conhecimento das informações neles contidas era que os próprios edifícios onde estava sedeadada a instituição «se faziam necessários» para as cerimónias que teriam lugar a 6 de junho, no dia do 61.º aniversário do soberano.

Estas duas mensagens foram recebidas na Praça do Comércio, a praça principal, e a mais bela, da cidade. Lá se encontravam os escritórios dos censores da Real Mesa, as suas salas de reuniões, e o secretariado da Junta do Subsídio Literário, instituição gêmea e na prática subordinada à Real Mesa Censória, ocupando casas ou salas de que os documentos tratam pormenorizadamente. Seria necessária, por exemplo, a casa onde eram expedidos os assuntos da Junta do Subsídio Literário «com a pequena sala, e o salão vazio que lhe são imediatos»; seriam necessárias todas as casas de trânsito entre as duas repartições da instituição — uma para tratar das censuras, outra para administrar os assuntos escolares —; acima de tudo, seriam necessárias as treze janelas dos mezaninos que estavam ao serviço dos censores e do secretariado da Real Mesa Censória¹.

Os deputados da Real Mesa Censória, em obediência a estas ordens, deveriam «entregar as chaves de todas as ditas casas [...] ao Conde de Oeiras presidente do Senado da Câmara», e deveriam fazê-lo no dia 2 de



O CENSOR ILUMINADO

foi composto em caracteres
Hoefler e impresso pela Guide,
Artes Gráficas, sobre papel
Coral Book de 70 gramas,
em Maio de 2018.

